

# Emenda é importante para mudar condições de educação, diz FH

**Abaixo, o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de assinatura da mensagem que encaminha ao Congresso projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental Valorizado do Magistério.**

qual, como eu digo sempre, que é uma coisa sem sentido. É, realmente, não entender que o Brasil mudou. E mudou tanto que quem for imaginar que a sua ação política em termos das pequenas barganhas, da pequena negociação para ganhar eleição aqui e ali, vai é perder, porque o Brasil espera muito mais de nós.

E nós estamos fazendo o que o Brasil espera. Nós, não sou eu não, somos nós todos. Estamos fazendo o que o Brasil espera. Com imensa dificuldade, vocês estão vendo. E para poder influenciar no nível de salário do professor primário nos Estados e nos municípios, o governo federal tem limitações, ele pode criar condições, ele pode dizer que aporta um pouco mais, ele obriga, ele muda a composição dos fundos fiscais, mas isso não implica que as coisas sejam feitas automaticamente, porque vai ter de continuar o processo no nível municipal, no nível estadual, enfim, é um processo, a mudança é um processo. Este país está mudando no seu conjunto. É um processo, é uma luta permanente para que se alcancem os objetivos.

Mas, hoje, eu acho que é, realmente, um dia importante do ponto de vista da educação no Brasil. Digo hoje porque estamos juntos para assinar este ano, mas esse processo é importante para mudar as condições de educação no Brasil e para que nós possamos, realmente, chegar aquilo que é o outro passo, que é a formação do professor, que é melhorar a formação do professor. Não basta salário. É preciso ter uma formação adequada, o esforço é grande — que tem sido feito — e vai ser continuado esse esforço. E é claro que não é o governo federal, é o conjunto dos Estados e dos municípios.

E nós não vamos nos conformar só com as transformações na educação primária. A escola técnica também está sendo modificada. Já existe projeto. O ministro está empenhado nisso. E o passo seguinte é a universidade. E nós que temos ligação direta com a universidade, vamos nos empenhar na mudança da universidade. E mudança da universidade não é ceder a interesses corporativos. Para isso, não precisa ter grande talento, qualquer um que cede, ganha. Mas não ganha nada, ganha o vazio. Ganha, mais tarde, o desprezo dos que vierem, das gerações futuras, por não termos tido a coragem de fazer o que é necessário. Nós vamos ter. Nós vamos dar autonomia à universidade e vamos dar responsabilidade à universidade também. Autonomia sem responsabilidade não é autonomia, é parasitismo.

E o Tesouro Nacional não pode ser vítima de parasitas, como foi no passado. E os professores universitários são dignos, não querem ser parasitas, querem ser, realmente, pessoas que vão ter aquilo que eles merecem que é a capacidade de dispor, eles próprios, dos recursos que são distribuídos a eles. E os recursos, esses sim, terão de ser em consonância com o interesse do conjunto do País e da importância do ensino superior que é muito grande para o País. Mas nós vamos enfrentar essa questão. Haverá incompreensões aqui e ali. Cada vez mais os que protestam, protestam no vazio, porque nós estamos realmente mexendo no que é importante, que é o social.

E aliás, já que falei no termo, que nós estamos mexendo no social, que é o importante, que é a educação esse caminho deveria ser seguido pela saúde também. Na saúde também, os recursos municipais não estão afluindo na velocidade e na proporção do necessário. Tudo recai sobre o Tesouro Nacional porque, como a Constituição foi inespecífica, também na área da saúde, no definir das responsabilidades, ninguém as assume. Aqui, o que nós estamos fazendo é delimitar responsabilidades. É dividir o que cabe à União, o que cabe ao Estado, o que cabe ao município. Na saúde, precisa haver isso também. Porque é muito fácil fazer um lobby e vir aqui ao gabinete do presidente da República exigir mais dinheiro para o hospital. Mas é muito mais difícil fazer com que cada um, no seu nível, cumpra a sua responsabilidade e de dinheiro para a saúde, o município, o Estado e a União também.

Nesse momento, a União arca com uma despesa de, no mínimo, 700 milhões de reais por mês, só para atender os convênios do SUS. O conjunto de gastos é mais de 1 bilhão por mês. E, quando se vai ver, muitos municípios não contribuem com nada, é zero. E quando nós fizemos — eu fui constituinte — a reorganização das finanças públicas, quando nós tiramos dinheiro da União e passamos para os Estados, especialmente para os municípios das capitais, era no pressuposto de que a participação, como é normal, dos municípios na questão da educação e da saúde, seria maior, e não menor.

Porque não é possível mais um país do tamanho do nosso, com a complexidade do nosso, que as coisas se decidam em Brasília, porque é uma decisão que não é sobre o concreto. Elas têm de ser decididas

em nível municipal. Mas, para isso, é preciso que haja também a formação de recursos e de quadros em nível municipal e estadual, para que a União, progressivamente, tenha apenas uma ação estimuladora de transferência de recursos e de controle do uso desses recursos.

Este modelo é um bom modelo porque obriga que os municípios participem mais ativamente dos gastos com a educação. Deviam participar mais ativamente dos gastos com a saúde, porque nós não temos mais condições de pedir, através de impostos federais, que todos contribuam mais para a saúde, quando se sabe que muitos municípios não estão contribuindo nada e muitos não cobram o IPTU, não cobram imposto.

Inclusive nas campanhas eleitorais, há candidatos que estão proclamando que são candidatos porque não vão cobrar o Imposto Territorial Urbano. Quando não cobram o Imposto Territorial Urbano, outros estão pagando por aquilo que eles não estão cobrando. Isso não pode ser. Nós precisamos, realmente, de justiça tributária. E justiça tributária implica responsabilidade crescente dos que tomam as decisões. E também implica que eles incluam, nas suas responsabilidades, a cobrança daquilo que é desagradável, que é o imposto.

Porque é muito fácil, de novo, mobilizar e vir a Brasília para protestar, botar cartaz, botar o que quiserem. Aqui é uma democracia plena. Podem botar cartaz a vontade, só que eu nem leio. Porque eu quero ver se estão, realmente trabalhando para mudar as coisas ou estão, simplesmente, prestando um serviço a suas próprias audiências pedindo o que sabem que é impossível.

Enfim, me desviei um pouco, simplesmente para mostrar a complexidade da transformação do Brasil e para mostrar também que essa complexidade não nos assusta. A despeito delas, a despeito das dificuldades, nós estamos avançando nas transformações. E se houve um setor em que o avanço foi grande, foi a educação.

Dirão que 300 reais per capita por aluno será pouco. Pouco ou muito, depende das condições reais de possibilidade do País e do Tesouro. Será pouco em certas áreas que podem pagar melhor. Será bastante em outras que não podem pagar nem talvez a quinta parte disso. E o governo federal se dispõe a complementar para que se chegue a esse nível de gasto médio por aluno e, provavelmente, o gasto médio por um professor será também na mesma magnitude. Isso vai implicar, efetivamente, num aumento salarial substancial do professorado nas zonas, sobretudo, nas mais pobres do Brasil.

Houve quem ponderasse que, havendo essa medida que, em certas localidades, talvez um professor primário viesse a ganhar mais em comparação com o resto da comunidade. Paciência, pois que se melhorarem condições para os outros também, porque senão não se muda nada, se fica sempre dizendo: não pode porque vai desequilibrar. Não se faz mudança com equilíbrio não, é com desequilíbrio mesmo. Mudança provoca, realmente, certas tensões e é isso que leva a um certo dinamismo. Nós não temos medo de conflito. Na democracia não há por que temer o conflito, desde que ele se dê dentro da lei e se disponha de mecanismos que permitam a negociação do conflito. De modo que tomara que ocorram mesmo certas situações que se valorize, até pelo dinheiro — será a primeira vez na nossa história — a função de professor. Se for isso ótimo, que os outros possam depois acompanhá-los.

Eu acho, ministro, que o trabalho que Vossa Excelência está levando adiante neste ministério é, realmente, excepcional. Eu já disse em várias oportunidades, mas eu acho que o ministro Paulo Renato tem tido a capacidade que prova aquilo que é indispensável para quem exerce uma função pública: ele senhor agrega.

O Brasil está cansado de desagregadores. Isso não está em contradição com o que eu disse. Conflito pode haver, mas tem que haver quem agregue para chegar a uma negociação. Só se avança quando se lidera. E liderar não é impor, é convencer; é fazer com que as pessoas se juntem, e juntar é convencer. O ministro Paulo Renato tem sido um exemplo constante disso, eu, olhando na telinha, de longe aqui ou no Congresso tentando convencer, ganhando, perdendo. Ninguém ganha sempre.

Da mesma maneira eu acompanho muito de perto o Ministério da Educação e sua equipe. As dificuldades, o modo de superá-las, têm demonstrado, realmente, uma capacidade de liderança admirável. Nesse dia que é o Dia do Professor, falando de professor para professor, e não só de amigo para amigo, eu tenho de dizer que é um grande ministro.

Eu agradeço a ação do ministro e, ao agradecer a ação do ministro, eu agradeço a ação de vocês todos, porque não há um grande ministro se não houver uma grande equipe e um grande apoio por parte do professorado.

Muito obrigado.\*

\*Ministro Paulo Renato  
Senhor representante da Unesco,  
Senhores dirigentes do Ministério da Educação e Desportos,

Senhor ministro Chefe da Casa Civil,  
Senhoras e senhores,  
Esta transformação proposta agora, já aprovada pelo Congresso, no que diz respeito a emenda constitucional, mais esta medida provisória que eu acabo de assinar, foi fruto de um trabalho — como já ressaltou o ministro Paulo Renato — imenso. E eu me junto a ele no agradecimento a Iara, Barjas, Eunice e a todos os demais colaboradores do Ministério da Educação.

E estendo esses agradecimentos ao secretário de Educação, ao professorado em geral, porque o resultado foi fruto de um enorme debate. E, nada mais prazeroso para o presidente da República e para o ministro da Educação, ambos professores e que levamos a vida toda dedicadas aos ensino, do que efetivamente podermos contribuir para uma melhoria, uma valorização, assim se chama — o projeto é verdadeiro — do professor na escola primária, na escola elementar.

Não existe possibilidade de um país avançar, nem na democracia, nem na produção cultural, nem em nada, se esse país não for capaz de entender que o fundamento é a escola primária. Isso é fácil de dizer. Eu ouvi isso de alguns dos meus mestres: Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Anísio Teixeira que não foi meu mestre, mas com quem eu colaborei a vida inteira. E a vida inteira nós vimos as dificuldades para mover as peças nessa direção.

A história da educação no Brasil é só de concentração de recursos no ensino superior e de esvaziamento de recursos no ensino primário. E, a vida inteira, todos aqueles que têm noção, têm consciência a respeito da questão educacional, sabem que não vai haver nunca uma universidade realmente enraizada e capaz de ter a sua projeção nacional e internacional, se ela não estiver embasada numa ampla escolarização.

Isso é óbvio, mas é difícil de fazer porque todas as atenções se voltam, normalmente, para aqueles que são mais organizados, que reivindicam com facilidade, que somos nós, que somos eméritos, aqui e na Conchinchina. Para nós, é fácil falar. Para o professor que está na sua escola, lá no interior, carente de tudo, às vezes até de formação, é muito difícil fazer sentir os seus interesses, a sua situação.

Esta foi a mudança fundamental que o ministro Paulo Renato introduziu no Ministério da Educação. Aqui, nós trouxemos para atos aquilo que foi sempre palavra, ou seja, que, para nós, é vital o ensino básico.

Muitas medidas foram tomadas no decorrer desses 20 meses de governo nesta área, mas nenhuma vai ter o alcance da medida que agora foi tomada pelo Congresso e pelo governo. Isso corresponde, em termos fiscais, a uma revolução do tipo da que nós fizemos, semana passada, com o ICMS, que foi também uma revolução.

As pessoas, às vezes, pensam que reformar é um ato único. O Congresso aprovou. Bate palmas e todo mundo esquece. Não. Reformar é todo dia, e é um conjunto de medidas. A reforma fiscal está sendo feita. Eu leio e leio, às vezes, até com uma certa desilusão, entre desolado e irônico, quando dizem: Ah, precisa fazer a reforma fiscal. Nós estamos fazendo. E no dia-a-dia. Estamos mudando aquilo que é fundamental para refazer a estrutura fiscal do Estado.

O ICMS foi uma medida importante para ajudar a produção nacional, para dar mais emprego, para permitir uma concorrência mais igualitária com os produtos importados e para ajudar a exportação. Agora é outra. Na área que é tão importante — é mais importante do que a produção direta — é realmente a questão do ser humano, produção da cultura.

Essa medida terá efeitos — disse o ministro Paulo Renato — ao longo dos anos. E nós não estamos tomando medidas aqui, para ter benefício neste ano, no ano que vem, em eleição tal ou